

ela decide abrir concursos interno e externo de professores

LUSA

rtos concursos in-
xterno para recru-
e selecção de pes-
para nomeação em
o.
oi feito ontem, em
sismo, pela nova se-
nal da Educação e
sequência de uma
e imprensa em que
oso admitiu que a
ra o "cumprimento
z as pretensões da

a governante, que
idade interna e in-
ros, contribui não só
dade do sistema edu-
res, bem como vai ao
necessidades educa-
e dos quadros de es-
a aproveita na tota-
rsos humanos exis-

Cardoso, nomeada
ta-feira para substi-
des, que até àquela
a a abrir os referidos
ue provocou fortes
cais, decidiu ter "um
diferente".

te explicou que "só
ana se saberá as da-
rsos e o número de
o disponibilizadas".
tou que "o número
menor do que o dese-
os "constrangimen-
s".

frisou que "o gover-
ir o cumprimento da
preenchimento das
s nos quadros de es-
a pedagógica, bem
ça dos docentes de
o outro".
om Cláudia Cardoso,
e estavam previstas



Nova secretária da Educação entende que medida contribui para a "estabilidade do sistema educativo" nos Açores

com as estruturas sindicais foram alteradas para datas a determinar. Os dois sindicatos representativos dos professores nos Açores manifestaram-se satisfeitos com a abertura dos concursos interno e externo de pessoal docente.

Recorde-se que a anterior titular da pasta da Educação havia anunciado recentemente a não abertura dos concursos em causa, alegando a necessidade de cumprir a Lei do Orçamento do Estado (OE), "mais precisamente pelo artigo 24.º, que impede qualquer acréscimo de despesas decorrentes de mudanças de índices remuneratórios". Os sindicalistas argumentaram, então, que a Região "tinha plenas competências para realizar os concursos interno e externo, não havendo nada

no OE que obste à realização dos mesmos".

Para a presidente do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA), Sofia Ribeiro, a decisão anunciada pela nova secretária "vai ao encontro das pretensões" daquela estrutura sindical, que "sempre entendeu que a Região estaria a incorrer numa grande ilegalidade ao não realizar os concursos". "Sempre entendemos que a Região tinha o dever de cumprir com a legislação regional e tinha competências para a abertura dos concursos", salientou Sofia Ribeiro.

A presidente do SDPA salientou ainda a necessidade de aferir "os trâmites" em que vão decorrer os concursos e "o número de vagas" que vão ser disponibilizadas, defenden-

do "uma negociação com os parceiros sociais no caso de revisão da calendarização dos concursos".

António Lucas, presidente do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA), congratulou-se também com a decisão, reafirmando que "a posição da anterior secretária era uma decisão política". "Sempre considerámos que a posição da anterior secretária não decorria de constrangimentos no OE, mas que era uma decisão política e temos um comprovativo agora", frisou.

O dirigente sindical acrescentou ainda que o anúncio da abertura dos concursos interno e externo "vem também demonstrar que o envolvimento dos professores deu frutos". ♦